

# **POLÍTICA PÚBLICA PELA NÃO VIOLÊNCIA À MULHER, CONJUGAL E FAMILIAR: a experiência pioneira da PAM - Patrulha de Atendimento Multidisciplinar de Uberlândia-MG.<sup>1</sup>**

Cláudia Costa Guerra<sup>2</sup>  
Vera Lúcia Puga<sup>3</sup>

## **RESUMO**

O Programa PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”, uma parceria entre a ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia, a Polícia Militar de Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, realiza, desde 2003, abordagens domiciliares em situações de violência conjugal e familiar, por meio de equipe interdisciplinar e interinstitucional. Tem sido premiado e referência pioneira, com potencial multiplicador de políticas públicas na região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, com abrangência no Estado de Minas Gerais e outros. O Programa tem permitido, por sua ação continuada e articulação à rede de enfrentamento à violência contra a mulher, conjugal, doméstica e familiar, diagnósticos sobre o problema e redução de reincidências dessas violências específicas que atingem prioritariamente as mulheres.

**Palavras-chave:** violência de gênero, conjugal e familiar, cidadania, política pública, patrulha, mediação familiar.

## **ABSTRACT**

The PAM program "Patrulha de Atendimento Multidisciplinar", a partnership between the NGO SOS Action Women and Uberlândia family, the Military Police of Minas Gerais, the Federal University of Uberlândia and the Municipality of Uberlândia, held since 2003, home-based

---

<sup>1</sup> O Programa PAM foi selecionado e apresentado recentemente no GT3 – Educação, políticas públicas e teoria social do II Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e XIII Semana de Ciências Sociais na Contemporaneidade: conflitos sociais e relações de poder, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em 20 de novembro de 2012 por Cláudia Costa Guerra, com a colaboração da Mestre em psicologia Andreza S. F. Dias e a estagiária graduanda em Psicologia/UFU, Laís Castro. Para elaboração desse artigo contou-se ainda com a contribuição da equipe da PAM e da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia, especialmente da Presidenta da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia, Cláudia Regina B. da Cruz e Coordenadora Administrativa, Larissa Cruvinel.

<sup>2</sup>Doutoranda em História/UFU sobre violência de gênero e familiar, sob orientação da Dra. Vera Puga; mestre em História/USP-SP em 1998 “Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia-MG(1980-1995); professora universitária da ESAMC desde 2002 e de pós graduação em outras IES; membro fundadora e voluntária da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia (pela paz conjugal e familiar), desde 1997 e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFU desde 1992; uma das constituintes do Programa PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar” (para abordagens domiciliares em violência conjugal e familiar), em 2003; ex-gestora da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero e Casa Abrigo Travessia/Prefeitura Municipal de Uberlândia (2001-2002); ex-Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres(gestão 2004-2006) e atual conselheira; guerra.professora@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora do Instituto de História, do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em História/UFU; Mestrado USP-SP em 1991: “Entre o Bem e o Mal: Educação e Sexualidade nos anos 1960”; Doutorado USP/SP em 1998: “Paixão, Sedução e Violência. 1960-1980”; pesquisadora do NEQUEM/UFU (Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão Técnica (como especialista em Gênero) do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República e Consultora da ONU Mulheres e SPM; puga.veralucia@gmail.com.

approaches situations of conjugal and family violence, through interdisciplinary and inter-institutional team. It has been awarded and pioneering reference with multiplier potential of public policies in the Triangulo Mineiro region, Alto Parnaíba, with coverage in Minas Gerais and others. The program has allowed for his continued action and coordination to confront network to violence against women, marriage, home and family, diagnosis of the problem and recidivism reduction of these specific violence that primarily affect women.

**Keywords:** gender violence, marital and family, citizenship, public policy, patrol, family mediation.

## 1. Introdução

A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez. Assim não era possível atingir toda a verdade, porque a meia pessoa que entrava só trazia o perfil de meia verdade. E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil e os meios perfis não coincidiam. Arrebentaram a porta e derrubaram a porta onde a verdade esplendia seus fogos. Era dividida em metades diferentes uma da outra. Chegou-se a discutir qual a metade mais bela. Nenhuma das duas era totalmente bela. E carecia optar. Cada um optou conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia. (DRUMMOND, 1984).

O Programa PAM - Patrulha de Atendimento Multidisciplinar é constituído pela parceria entre a ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia (constituída em 1997 para propiciar atendimento social, psicológico e jurídico gratuitos a pessoas que vivenciam a violência contra a mulher, conjugal e familiar), Polícia Militar de Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia e Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Funciona com vistas à atuação interdisciplinar e interinstitucional desde 2003 e objetiva a promoção da cidadania e a paz conjugal e familiar por meio de abordagens domiciliares, a fim de prevenir e intervir para a desconstrução da violência nesse âmbito. Falar em promoção da paz, não exclui a existência de conflitos, mas sim de processos de violência. O Programa foi solicitado para atuar em mais de 12 mil situações de violência intrafamiliar, de 2003 até dezembro de 2013, tendo efetivado abordagens domiciliares junto a mais de 7 mil famílias, nos primeiros atendimentos.

O Programa conta com o trabalho de profissionais (alguns voluntários) e de estagiários (as) da Psicologia, Serviço Social, Direito, História, Enfermagem e Policiais Militares. Posteriormente à ocorrência policial (REDS-Registro de Defesa Social), que acontece devido a uma situação de violência conjugal ou familiar, ou ainda a partir dos órgãos da parceria, estas famílias são atendidas pela equipe. A atuação é focada na mediação de conflitos intrafamiliares, cuja ação continuada se estabelece junto à rede de enfrentamento à violência, por meio de encaminhamentos e acompanhamentos de casos. A mediação de conflitos, segundo Muskat (2003, p.34) “é um método pacífico de resolução ou administração de conflitos [...] uma forma não adversarial de tratar questões [...]”. Além disso, segundo a autora a proposta da mediação vai

além das questões duais vítima-algoz, certo-errado, culpado-inocente, na medida em que a proposta é que os sujeitos reconheçam suas implicações nos conflitos. Uma característica importante do método é a multi ou interdisciplinaridade na sua execução.

Este artigo se propõe a apresentar resultados do Programa no último trimestre (outubro, novembro e dezembro) do ano de 2013, pois que houve mudança no programa de computador para coleta e processamento de dados em relação aos períodos anteriores, com aperfeiçoamentos quanto aos itens lançados e possibilidades de cruzamentos dos mesmos para feitura de gráficos. Com a pesquisa de campo interativa, onde a coautora desse trabalho participou da constituição do referido Programa, da construção de seus protocolos de atendimentos e parcerias e é integrante da coordenação geral, prevalece o olhar de profissionais da ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia em relação a visões de outras parcerias que compõem o mesmo.

Em 2013, o Programa foi acionado por uma média de 1.700 (mil e setecentos) ocorrências familiares para primeiros atendimentos (sem incluir retornos e reincidências que totalizam aproximadamente 400 famílias), sendo encontradas nas abordagens domiciliares, por volta de 1.300 (mil e trezentas) famílias na primeira tentativa, sendo a maioria mulheres como vítimas em conflitos conjugais. Alguns atendimentos não são realizados por conta de casa fechada, risco profissional ou por dispensa de potencial usuário (a). A violência conjugal e intrafamiliar são entendidas como problema social, de saúde e segurança pública, e sustenta-se nas bases teóricas preconizadas pela polícia comunitária, diretrizes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Direitos Humanos e Gênero, que por sua vez toma como referência a concepção de família com múltiplas configurações: incluindo mãe solteira, pai solteiro com filhos, avós que cuidam de netos, casal homossexual com filhos (adotivos ou não), casal com filhos da primeira e segunda união, dentre outras possibilidades.

A criação do programa incluiu também a discussão coletiva e confecção de sua logomarca, como segue abaixo:

**Imagem 1** – Logomarcas do Programa PAM



Fonte: SOS Ação Mulher e Família e Programa PAM.

O brasão que expressa proteção e segurança, com a família ao centro, público-alvo. A primeira logomarca foi alterada, especialmente nas pessoas ao centro, devido à revisão sobre a

concepção de que família possui múltiplas configurações para além da nuclear, conforme a outra versão em preto e branco. E ainda está sendo repensada para maior adequação quanto à identidade visual do Programa.

Entende-se que a violência no contexto social esteja também relacionada à violência conjugal e intrafamiliar e acredita-se que o Programa possa contribuir para minimizar a incidência de outras agressividades que têm suas raízes nessa violência específica. O Programa foi premiado com um selo por Excelência Cidadã nos biênios 2011/2013 e 2013/2015, por uma banca de especialistas do 3º- Setor que constatou a sua relevância por meio de projeto, sendo uma realização da Câmara de Diretores Lojistas e Câmara Municipal de Uberlândia. A PAM pode usar o Selo pelos dois anos consecutivos e tem sido referência para a sua replicação na região do Triângulo Mineiro (como Araguari), Alto Paranaíba e no país, a exemplo de Belo Horizonte e cidades do entorno dessa capital do Estado.

**Imagem 2** – Selo Excelência Cidadã da PAM, referente a 2012-2013 e 2013/2015



Fonte: SOS Ação Mulher e Família e Programa PAM, 2013.

Consta no Acordo de Cooperação entre os parceiros, em construção e discussão, que a maior parte da demanda da PAM é de violência conjugal e por isso vale ressaltar alguns Tratados, Declarações, Pactos, Legislações, Planos de Ação e Convenções nacionais e internacionais assinados pelo Brasil, visando à proteção aos Direitos Humanos, igualdade de gênero e a implantação de políticas públicas: Conferência Mundial sobre a Mulher (México, 1975); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU/1979); Conferência Mundial de Copenhague (1980); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher-CEDAW (parcial em 1984 e total em 1994) e seu protocolo facultativo (2002); Conferência Mundial Nairobi (1985); Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993), Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993) e IV Conferência Mundial sobre a Mulher/Plataforma de Ação (Beijing, 1995); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher/Convenção de Belém do Pará (1995). Além da Constituição Federal (art.226, §8º-), Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres (2007) e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008).

Há ainda que se citar a promulgação da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, que traz uma série de novas obrigações para o poder público, em especial a ampliação do número de

serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, cujo objetivo é possibilitar que os serviços funcionem de forma integrada, ofertando um atendimento humanizado e completo as mulheres em situação de violência (art. 8º).

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em 05 de março de 2008, por meio do Decreto 6.387/2008, reafirma como área de atuação estratégica o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e trata-se de um plano que beneficia toda a sociedade.

Alguns dados, retomados e expostos no *Guia de Orientação da ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia* (2013), demonstram a relevância em compreender e resgatar essa história:

O número de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, no Planeta Terra, é maior do que o número de vítimas em todos os conflitos armados (Casa de Cultura da Mulher Negra, de Santos/94); a violência doméstica é a maior causa de ferimentos femininos em todo o mundo, e principal causa de morte de mulheres entre 14 e 44 anos (Relatório Direitos Humanos da Mulher da Human Rights Watch/96); 1 em cada cinco dias em que as mulheres faltam ao trabalho é motivado pela violência doméstica (Banco Mundial/98); o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro é nove vezes maior que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho (BID – Banco de Desenvolvimento/98); segundo a OMS, 30% das primeiras experiências sexuais das mulheres foram forçadas; 52% das mulheres são alvo de assédio sexual; incontáveis casos de homicídios são praticados pelo marido ou companheiro sob a alegação de legítima defesa da honra (Organização Mundial de Saúde/2001); 50% dos assassinios de mulheres são cometidos por seus parceiros e há uma média de 2,1 milhões de mulheres espancadas, por ano, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia. (Human RightsWatch./96 e Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo/2001 e revisão 2002); 1 mulher é espancada a cada 15 segundos no Brasil (Fundação Perseu Abramo 2001 e revisão 2002); a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (21%) aparece como segunda principal medida, seguida por um serviço telefônico gratuito – SOS Mulher e um serviço de atendimento psicológico para mulheres vítimas (propostas empatadas tecnicamente com 13% e 12%, na ordem), entre oito ações de políticas públicas sugeridas (Fundação Perseu Abramo 2001 e revisão 2002); entre os 5.000 processos crimes, selecionados 687 envolvendo crimes contra a mulher, pesquisados, no período de 1980 a 1994, no Fórum Abelardo Penna de Uberlândia, o estudo feito por essa pesquisadora, em nível de mestrado (GUERRA, 1998), revelou que 644 constituíram crimes contra a mulher, perfazendo em torno de 12,88% do total.

O tema como foco aparece atualmente no Relatório Final da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais sobre violência contra a mulher, após visitas e audiência pública em vários municípios (ago.,2012). O relatório pontua a intenção de que se pretende tratar o problema como questão de agenda pública e sintetiza as propostas advindas das várias localidades.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (2012), por meio de sua relatora, senadora Ana Rita (PT-ES) e presidida pela Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG.), também têm feito um

mapeamento no Brasil acerca das políticas públicas de promoção das mulheres, especialmente no que tange à violência conjugal e intrafamiliar: delegacias de mulheres, casas abrigo, centros de referência dentre outros e sua efetividade, conforme rege o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007), onde o Brasil é signatário. Para Ana Rita, a situação de descaso com a vida das mulheres é igual em todo o país e agravou-se nas últimas décadas. Ela registrou que o Brasil é o sétimo país do mundo em morte de mulheres (Agência Senado, 05/06/2012, disponível [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias2012/viol/agsenado05062012\\_ana\\_rita\\_faz\\_balanco\\_cpi\\_violencia\\_mulher.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias2012/viol/agsenado05062012_ana_rita_faz_balanco_cpi_violencia_mulher.pdf)).

As abordagens domiciliares podem favorecer as pessoas em situação de violência, no sentido de que, a busca de auxílio, muitas vezes, pode não acontecer devido aos fatores inibidores, ressaltados no folder da PAM (2013),

como ligação afetiva com a pessoa que agride; medo de sofrer uma violência física ainda maior; vergonha dos(as) vizinhos(as), dos(as) amigos(as) e da família; medo de prejudicar a pessoa que agride e os(as) filhos(as); sentimento de culpa, baixa autoestima ou responsabilidade pela violência sofrida; falta de condições financeiras e emocionais para mudar o rumo de suas vidas; crença de que a violência é temporária, consequência de uma fase ruim; visão simplificada de que as causas são: pobreza, desemprego, miséria ou dependência química, sendo esses fatores facilitadores de situações mais complexas previamente determinadas; falta de apoio familiar; violência institucional, quando há equipes despreparadas e falta de infraestrutura ou o atendimento precário dos órgãos de atendimento e/ou descrença nos serviços prestados; educação diferenciada, reforçando padrões equivocados e desiguais; crenças religiosas, quando há interpretações de conformação e reprodução de desigualdades entre os gêneros; “Síndrome de Estocolmo” (gratidão ao homem por não matá-la e substitui a raiva ou medo); ausência de informações; receio de possíveis dificuldades econômicas na ausência do companheiro; a situação dos(as) filhos(as) caso este tenha ficha na polícia ou fique desempregado; vergonha perante os(as) filhos(as); pena do agressor que é violento “só quando bebe” (na fala de algumas); vergonha de ser vista como espancada; receio de ficar sozinha; falta de informações, entre outros.

A parceria entre a União, governos estaduais, municipais e a sociedade civil, é imprescindível para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de atenção às famílias.

A violência doméstica, vista pelo ângulo da violência conjugal e da violência intrafamiliar, está presente no cotidiano da nossa sociedade e é a raiz de muitas outras violências. E, de fato, o Programa PAM vem contribuindo para a desconstrução dessa violência e edificação da cultura tolerância e da paz.

Descrever e analisar o Programa nesse trabalho é uma oportunidade de, em socializá-lo, contribuir com seu potencial multiplicador e dar acesso a grupos que possam replicá-lo.

## **2. PAM: unindo forças para promoção da paz conjugal e intrafamiliar**

### **2.1.Histórico:**

A PAM é pioneira no Brasil, idealizada em 2003, por meio de diálogos entre a ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia e o 17º- Batalhão de Polícia Militar – Minas Gerais, com vistas a um trabalho mais articulado entre diferentes profissionais, a fim de diminuir as reincidências de casos de violência conjugal e intrafamiliar. Entende-se como violência qualquer conduta que cause dano, morte, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral, simbólico e patrimonial ao sujeito, no âmbito privado e por vezes no público. E, no caso, quando envolve o par afetivo conjugal (de qualquer orientação sexual, relação formal ou informal), ou outros membros da família.

Inicialmente, identificou-se que em torno de 30% das ocorrências do 190 (Polícia Militar, 2003) eram predominantemente de casos de violência conjugal, seguidas de outros casos familiares e a constituição do Programa vem para reduzir essas demandas, por ter caráter preventivo, educativo, além de interventivo, com atuação interdisciplinar.

O programa foi lançado no dia 01/07/2003, tendo por finalidade promover a cidadania familiar, por meio de uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional, valendo-se de uma metodologia focada na mediação de conflitos intrafamiliares, cuja ação continuada se estabelece junto à rede de enfrentamento à violência. Neste sentido, foram convidadas a participar, direta e indiretamente, outras instituições, dentro de uma filosofia preventiva e ao mesmo tempo de abordagens em situações de violência conjugal e intrafamiliar.

Aceitaram posteriormente participar como parceiros (as) diretos (as) a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Universidade Federal de Uberlândia. A primeira devido à necessidade de que haja políticas públicas específicas no atendimento à demanda relacionada à questão da violência intrafamiliar e, a segunda, além de poder designar estagiários (as), dispôs-se, especialmente, a contribuir com a formação continuada da equipe e da rede indireta participante do programa, por meio de profissional(is) qualificados.

O público-alvo a ser atendido pela PAM é aquele que vivencia a violência intrafamiliar, ou seja, mulheres, gestantes, crianças, adolescentes, adultos (as), idosos (as), homossexuais, travestis, negros (as), pessoas com deficiência física ou mental, casais ou outros grupos considerados vulneráveis e historicamente excluídos. A violência intrafamiliar pode ocorrer dentro da família, unidade doméstica, ou em qualquer outro espaço, mas na grande maioria das vezes, ocorre, de forma velada no âmbito doméstico.

Nos anos de 2005, 2009 e 2012, por meio de projeto elaborado pela coordenação geral e de núcleo da PAM, foi contemplada com recursos de emenda parlamentar da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal para a aquisição de viaturas para a atuação, repassadas com a mediação da Universidade Federal de Uberlândia.

## **2.2. Operacionalização: chegando perto da violência entre quatro paredes**

Os documentos e material de divulgação da PAM, ou seja, Regimento Interno, Guia de Orientação, Acordo de Cooperação e Folder tratam da operacionalização e atribuições dos órgãos e profissionais, abaixo sintetizados.

### 2.2.1. Critérios e etapas do atendimento

Geralmente, o programa é acionado após o registro de B.O/REDs (Registro de Defesa Social), detalhado e completo, realizado pela Polícia Militar.

O (A) cidadão (ã) que necessita das ações da PAM pode acioná-la via telefonema à Polícia Militar – 190(via REDs), à ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia, à Delegacia de Atendimento à Mulher ou via Prefeitura Municipal de Uberlândia: Superintendência da Mulher (recém criada em 2013) ou Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.

A PAM presta atendimento de segunda à sexta-feira, por um período de 6 a 8 horas diárias (com flexibilidade para alteração, conforme necessidades), excetuando-se feriados.

A escala de critérios de prioridade de atendimento é estabelecida por meio de consenso entre os (as) profissionais da PAM, após a coleta dos B.Os(REDs) e também há a análise das demandas espontâneas de violência intrafamiliar.

Em situação de risco de morte e de acordo com as necessidades, a PAM pode atender a demanda e os (as) parceiros (as) diretos (as) e indiretos (as) do Programa na condução de abrigamentos, albergamentos e Exame de Corpo de Delito. Em Uberlândia, há Casa Abrigo Travessia de Uberlândia (premiada pelo BNDS, em 2004), local sigiloso que abriga temporariamente, até no máximo por 120 dias, mulheres e filhos (as) menores e/ou vulneráveis e em situação de risco de morte pela violência conjugal e familiar. Nela devem ser desenvolvidos programas com profissionais de várias áreas para o combate a essa violência específica e para a promoção integral dessas famílias. O programa é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do poder público municipal e foi lançado em outubro de 2002, com funcionamento precário e por vezes desativado de 2006 a 2012 e reativado em 2013. A ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia é juntamente com Delegacia de Mulheres e Prefeitura, o centro de referência para atendimentos e análise de casos para encaminhamentos.

### 2.2.2. Atendimento domiciliar

A equipe atua por meio da busca ativa de sua demanda, sempre uniformizada com camisetas que incluem logomarca do Programa PAM, facilitando a identificação do mesmo e, ao chegar ao endereço do (a) usuário(a) (termo utilizado pela equipe, mas prefere-se aqui a utilização da nomenclatura agente do serviço, compreendendo usuário(a) como ativo), faz-se a identificação profissional, explicando-se sucintamente a atuação e solicitando permissão para falar com a

família em seu recinto particular. Durante a abordagem, caso a equipe entenda como necessário, pode-se fazer a entrega de folheto, guia ou cartão da PAM.

Quando da ausência da pessoa procurada, a equipe pode deixar comunicado da abordagem por escrito, solicitando contato telefônico para agendamento do retorno.

O encaminhamento do (a) usuário (a)/agente para a rede de serviços deve ser feito por escrito, contendo todos os dados, endereços e informações necessárias sobre o caso.

### 2.2.3. Formação Continuada e Cuidando dos Cuidadores

Com a crença de que para se trabalhar a questão, ninguém chega e nem fica pronto. A equipe participa, no mínimo, duas vezes ao mês, com carga horária mínima de 1 hora e 30 minutos, de Curso de Formação Continuada, coordenado, atualmente, por psicólogo, profissional da Escola de Educação Básica/ESEBA da Universidade Federal de Uberlândia e membro fundadora da ONG SOS Mulher e Família, havendo momentos de reflexões teórico-metodológicas, vivências, estudos de casos, dinâmicas, supervisão e suporte técnico que visam o desenvolvimento humano integral, a desconstrução de mitos que envolvem situações de violência de gênero e seus impactos familiares, problematizar a educação sexista x educação integral e cidadã, refletir sobre gênero, poder e violência, conhecer a rede de atendimento, promover a escuta ativa (sem preconceito e com técnicas que favoreçam atendimento), problematizar sobre visões do “senso comum” e o acúmulo de conhecimento aprofundado em prol da construção da cultura da paz na atuação qualificada. São também promovidos anualmente, encontros formativos e avaliativos voltados à equipe direta, indireta e parceiros da rede de enfrentamento à violência familiar para melhor articulação, geralmente com carga horária de 4 a 8 horas. Os eventos são organizados pela Coordenação Geral da PAM, Coordenação de Núcleo e respectivos integrantes.

Há também O Cuidando dos Cuidadores, com carga horária mensal de 1h30min. para equipe de atendimento e tem como objetivo o favorecimento da equipe da ONG SOS Mulher e Família por meio de estratégias que visam a ampliação do autoconhecimento e desenvolvimento de habilidades interpessoais fundamentadas na cultura de paz. Dessa forma, pretende-se oportunizar às(aos) profissionais, um espaço de acolhimento dos sentimentos mobilizados pelos atendimentos e trabalho em equipe. Para tanto, há utilização de estratégias teórico-vivenciais, utilizando-se de dinâmicas grupais e recursos artísticos/expressivos, tais como música, filmes, poemas e outros. Textos teóricos compartilhados são opcionais e indicados como complementares e para aprofundamento de quem desejar.

### 2.2.4. Rede de serviços e parceiros (as) diretos (as) e indiretos (as)

Chama-se de rede de serviços para o enfrentamento da violência intrafamiliar, a atuação articulada entre instituições e serviços governamentais e organizações da sociedade civil,

visando à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação, o encaminhamento e acompanhamento adequados de casos existentes na comunidade e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e promoção da cidadania e da paz. Sabe-se que a rede “não brota” e é necessária vontade política para sua constituição, manutenção e consolidação (CARREIRA, 2003). Cabe à equipe da PAM e sua Coordenação de Núcleo, o agendamento e contatos com a rede, parceiros diretos e indiretos, para que haja *feedback* dos casos encaminhados, a fim de promover uma comunicação eficiente.

#### 2.2.5. Coleta de dados e material de apoio

Há sistematização dos dados do Programa que dizem respeito aos atendimentos solicitados e realizados. Todo material da PAM, sejam protocolos de atendimentos, pastas, folders, guias, relatórios, correspondências expedidas e recebidas, que dizem respeito aos trabalhos das equipes e informações sigilosas dos (as) usuários (as)/agentes dos serviços, são arquivados e organizados na sala do Programa e ficam sob os cuidados da Coordenação de Núcleo.

#### 2.2.6. Setores e profissionais

Em 2014, os profissionais ligados diretamente ao programa PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar” possuem as seguintes formações e podem variar durante o ano: 4 policiais da PMMG, 2 assistentes sociais CLT da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia como agentes fixas, sendo 1 assistente social (também coordenadora de núcleo); voluntários(as) da ONG: sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogos(esporádico), 1 advogado(esporádico), 1 psicólogo para formação continuada; 4 estagiários(as) bolsistas/UFU da psicologia, outros 4 estagiários não bolsistas: 1 da enfermagem, 2 psicologia, 1 serviço social; 6 coordenação geral: sendo 1 historiadora, 1 psicóloga, 4 comandantes da polícia: comando regional, 17BPM, 158 Cia e 148 Cia e 32BPMMG, 1 representante da prefeitura e 1 representante da Universidade Federal de Uberlândia; 1 cedida PMU, jornalista, para levantamento de dados/diagnóstico. Os trabalhos da PAM são acompanhados pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Para cada patrulha, a composição de profissionais é de: um policial; um (a) agente fixo (a) de nível superior seja um (a) assistente social, psicólogo (a), advogado (a) ou de área afim. Podem ainda integrar estagiários (as) das citadas áreas, desde que estejam em situação regularizada de estágio e que não atuem como agente fixo (a) do Programa.

No que diz respeito aos policiais a serviço da PAM, tem-se que estes devem ser exclusivos do programa, em virtude dos requisitos preparatórios para o mesmo (cursos de formação continuada, atividades educativas e preventivas, dentre outros) e da necessidade de integração com as especificações dos atendimentos e abordagens. Em relação ao agente fixo, este(a) deve

ser um (a) profissional de Curso Superior, preferencialmente do curso de Serviço Social, devidamente documentado (a) com o respectivo registro no Conselho da profissão. Entretanto, na impossibilidade, o (a) agente fixo (a) poderá ser graduado em Psicologia, Direito, Pedagogia, História, Jornalismo, Ciências Sociais, Filosofia, Enfermagem ou outra área afim com o programa, devidamente documentado (a) com o respectivo registro da profissão.

A Filosofia do Programa estabelece que entre os membros da equipe há um trabalho de cooperação por habilidades e competências e não por hierarquia rígida.

Todos os (as) profissionais voluntários (as) e estagiários (as) passam por um processo seletivo em suas instituições de origem, pela Coordenação Geral e Coordenação de Núcleo do programa. Também há procedimentos para seleção de profissionais fixos.

#### 2.2.6.1. Policial

Responsável pela condução da viatura e transporte dos (as) profissionais, do ponto comum determinado de saída até o ponto comum determinado de chegada, obedecendo aos horários estabelecidos, sem prejuízo para o andamento dos trabalhos; encarregado (a) de receber os respectivos Boletins de Ocorrências (REDs) e devolvê-los ao Batalhão após a realização dos atendimentos da PAM; intervir quando necessário no atendimento, demonstrando conhecimento e interesse no problema abordado e visando a prevenção de novas ocorrências; em conjunto com os (as) demais profissionais da equipe, deve priorizar o encontro de alternativas para os problemas da comunidade, necessitando para isto sua participação nas conexões com a rede de enfrentamento à violência.

#### 2.2.6.2. Agente fixo (a)

Profissional que está regularmente escalado (a) para, em conjunto com o (a) policial, realizar visita domiciliar pelo programa; é o (a) profissional que está rotineiramente acompanhando o (a) policial na parte da frente do veículo, auxiliando-o (a) na triagem dos B.Os (REDs), na localização dos endereços, na leitura dos Boletins e na prévia discussão dos fatos e possíveis encaminhamentos; apresentação da equipe e dos motivos que os levaram à respectiva abordagem, solicitando a permissão para entrada e para lidar com o problema. Este procedimento é de caráter exclusivo deste profissional e deve ser respeitado pelos demais; após a escuta, levantamento do problema/necessidades do (a) usuário (a)/agente e avaliação dos encaminhamentos sugeridos pelos profissionais da equipe e faz o preenchimento do Prontuário de Atendimento.

#### 2.2.6.3. Assistente Social

Profissional que estuda a realidade das famílias e das situações encontradas e propõe alternativas a partir da abordagem domiciliar, da entrevista, observação e interação; deve listar, fomentar e estar em contato com a rede de apoio e equipamentos sociais, para informações atualizadas e orientação nos trabalhos da PAM; deve orientar os (as) usuários (as)/agentes e famílias sobre direitos e deveres sociais, serviços, recursos sociais e programas de apoio às pessoas que vivenciam violência intrafamiliar; atuar em atividades educativas e preventivas direcionadas às relações humanas, à família e a qualidade de vida dos seus membros; verifica a necessidade, de acordo com o formulário socioeconômico da família, de encaminhamentos formais aos programas de apoio social e demais políticas públicas e equipamentos sociais. Preferencialmente é o (a) agente fixo (a) do Programa.

#### 2.2.6.4. Psicólogo (a)

Seu trabalho não tem caráter clínico de psicoterapia. Caracteriza-se por um atendimento de acolhimento e apoio ao (à) usuário (a)/agente e encaminhamento de suas necessidades de atendimento psicoterápico ou de orientação em unidades da rede. Além disso, a escuta do (a) psicólogo (a) no domicílio pode auxiliar os (as) demais profissionais nas ações subsequentes ao atendimento.

#### 2.2.6.5. Advogado (a)

Profissional cujo trabalho é o de orientar e propor condutas jurídicas pertinentes aos casos de violência conjugal e intrafamiliar; durante a escuta e observação da entrevista, cabe ao (à) advogado (a) oferecer, com linguagem acessível e inclusiva, algumas orientações sobre os direitos e deveres dos (as) entrevistados (as), ou mesmo sobre a necessidade de seu encaminhamento a órgão competente; atuar conjuntamente com outros profissionais da equipe, de forma articulada, a fim de que o usuário (a)/agente seja orientado (a) e encaminhado (a) adequadamente, conforme suas necessidades.

#### 2.2.6.7. Demais profissionais de áreas afins

Todos os (as) demais profissionais de áreas afins devem agir de acordo com as especificações de suas profissões, alinhados ao Regimento Interno da PAM.

É recomendado que profissionais mantenham-se atualizados (as), por meio da participação em cursos, palestras e discussões com a equipe da PAM e respectivas coordenações e que devem agir com ética, discrição e sigilo com relação a quaisquer aspectos dos casos de violência intrafamiliar, diretamente relacionados ao atendimento do Programa.

#### 2.2.7. Aspectos éticos

A conduta da equipe deve pautar-se na ética e no sigilo. Não questionar com descrédito, junto ao (a) usuário (a)/agente do serviço, a veracidade dos fatos narrados, nem ironizar qualquer informação, ser agressivo (a) ou reprimir sentimentos. Diferencia-se pela qualidade do atendimento, tratando os (as) cidadãos com gentileza, cordialidade, sem postura preconceituosa ou violenta, mas marcada pelo compromisso, competência e profissionalismo.

Por questões éticas, nenhum (a) profissional especializado (a) deve falar sobre consultório ou escritório particular, tampouco fazer indicações e/ou fornecer cartões pessoais às pessoas atendidas pela PAM.

Nenhum (a) profissional deve transportar na viatura objetos e/ou pessoas que não correspondam às necessidades do trabalho. Além disso, a assiduidade dos profissionais é essencial, sendo necessária, portanto, a transparência sobre o bom uso do recurso público.

### **2.3. Diagnósticos e análises**

Alguns questionamentos e hipóteses podem ser feitos a partir da atuação da PAM, dentre eles: quais representações de gênero, de poder-saber e de violência podem ser identificadas nos discursos e nas práticas dos (as) profissionais e usuárias (os) dos serviços oferecidos por instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência conjugal e intrafamiliar? Quais as mudanças e permanências, sentidos e significados dessas representações, presentes nos discursos e práticas cotidianas de sujeitos sociais e seus impactos na cultura sobre gênero e violência? O que as representações revelam sobre mitos construídos diante da violência vivenciada?

Em que termos, os (as) agentes do terceiro setor e do poder público, a partir do valor impresso nas atitudes, gestos, atuações, costumes, tradições, portanto, experiências historicizadas, produzem significados que podem revelar a história dos sujeitos sociais e assim se articulam e/ou se dissociam no que tange ao enfrentamento à violência conjugal e intrafamiliar?

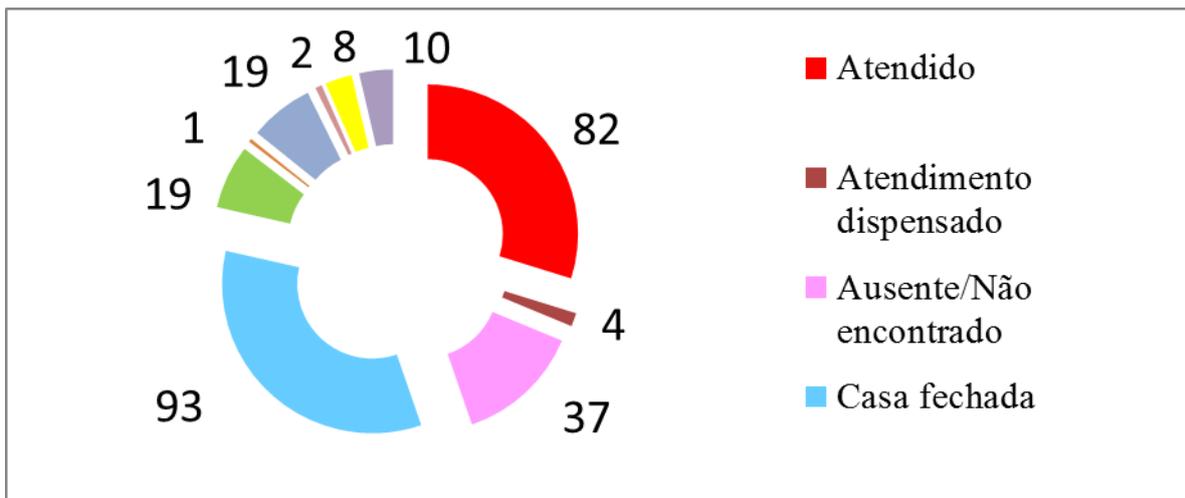
Pode-se supor, a partir da interação com o Programa que as representações de gênero e de violência presentes entre profissionais que atuam em ações de enfrentamento à violência conjugal e intrafamiliar impactam na linguagem e enunciados, no tipo de protocolos e registros documentais, na qualidade da escuta, formato da abordagem, das intervenções, dos encaminhamentos e da articulação com a rede de enfrentamento ao problema e nos dispositivos utilizados para tratar da questão. E que em função das representações, verifica-se atuação mais ou menos comprometida com a promoção, ampliação de políticas públicas afins e a maior ou menor articulação com a rede de enfrentamento à violência intrafamiliar. A linguagem, no sentido do ver e falar, também revela as características das relações de poder entre os membros da própria equipe, desses com suas coordenações e direções.

Verifica-se que a tolerância, quanto às agressões praticadas por parceiros (as) ou pessoas próximas e familiares não significa o consentimento de vítimas perante a violência vivenciada que possui sua complexidade e especificidades por acontecer entre pessoas conhecidas, com vínculos familiares.

Os estereótipos que demonstram uma polarização binária dos modelos para o masculino e o feminino colaboram para perpetuar construções tradicionais de gênero, presentes nas relações sociais.

Parece haver uma relação entre determinadas representações de gênero e a violência sofrida por usuários (as)/agentes dos serviços da rede, o que pode contribuir para a permanência em situações de violência, especialmente em função da educação ainda diferenciada, fragmentada e dicotômica entre os sexos, com supostas naturalizações e essencializações de funções.

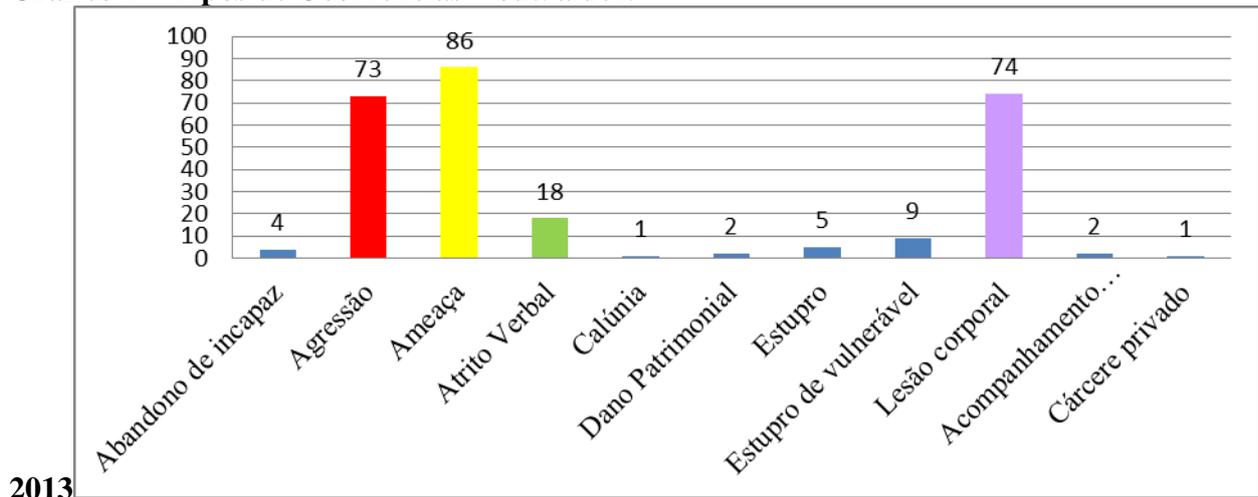
**Gráfico 1 – Situação da abordagem dos Atendimentos da PAM – out. a dez. 2013**



Fonte

: Diagnósticos prontuários atendimentos PAM de out. a dez. 2013, coleta feita por Fátima Adão, jornalista cedida pela PMU à ONG SOS Mulher e Família e equipe que atua diretamente na PAM.

O Gráfico 1 revela que de out. a dez. 2013, foram registradas 275 ocorrências familiares e encontradas na primeira abordagem 82 famílias. Trata-se de primeiros atendimentos, pois que não são computados, nesses números, as reincidências ou retornos, o que aumentaria significativamente o número de atendimentos. O fato do Programa ainda não conseguir funcionar em sistema de plantão, fora do horário comercial, dificulta encontrar o público-alvo.

**Gráfico 2 – Tipos de Ocorrências – out. a dez.**

2013  
 Fonte: Diagnósticos prontuários atendimentos PAM de out. a dez. 2013, coleta feita por Fátima Adão, jornalista cedida pela PMU à ONG SOS Mulher e Família e equipe que atua diretamente na PAM.

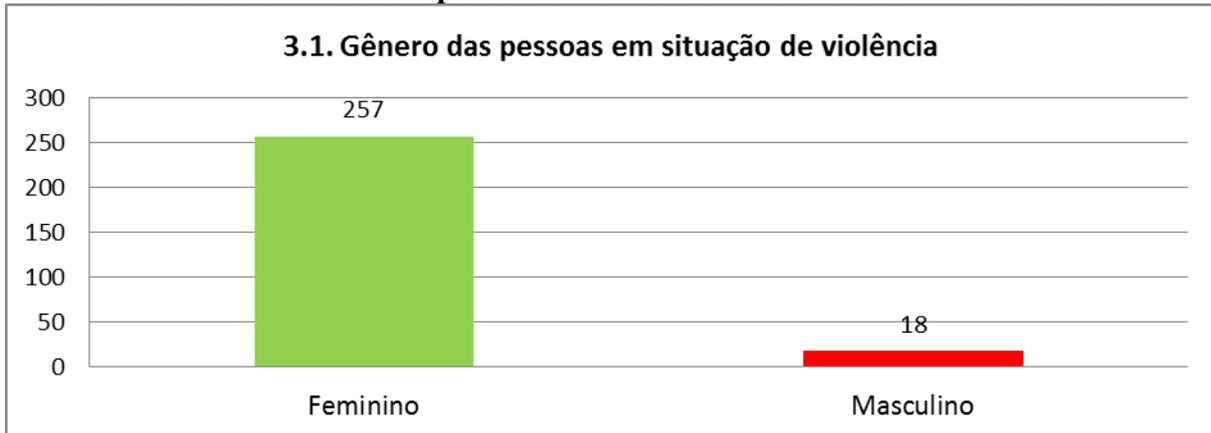
O gráfico 2 mostra que predominam ocorrências de violência não-física, sendo as ameaças em maior número, seguidas pela violência física, com lesões corporais e agressões (vias de fato) também com destaque.

Uma série de autores (as) intelectuais e/ou ligados a movimentos de mulheres tem se apoiado no conceito filosófico de violência articulado por Chauí, com base na ideia de liberdade, como autodeterminação/autonomia e servidão/dependência/heteronomia em Spinoza, entende por violência

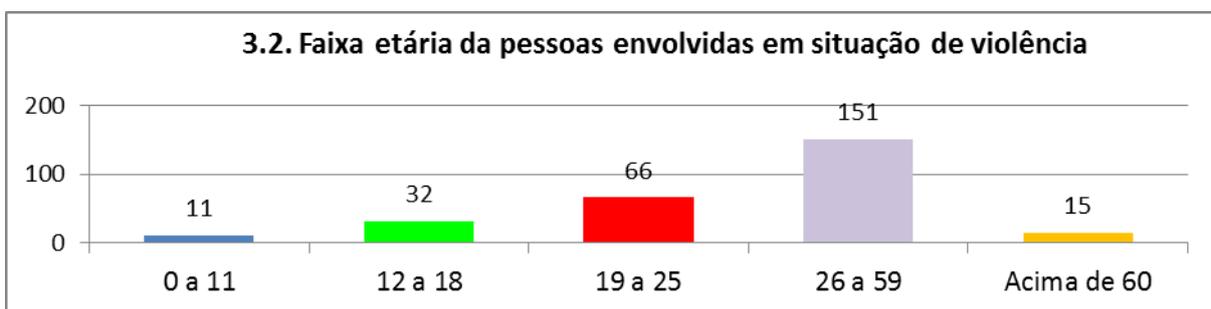
[...] uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto [...] interpessoais [...]. Preferimos considerá-la [...] como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais [...] e como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência [...]. Assim a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronomia que não se percebe como tal. [...] resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e ação contrária que a dominam. Sob esse aspecto, [...] não é possível um poder violento, desde que entendamos o poder como exercício e reconhecimento efetivo de direitos e da prática política. O poder não exclui a luta. A violência, sim” (CHAUÍ, 1985, p.35).

Há que se avaliar também em que medida há uma banalização da violência psicológica ou chamada violência branca por ser mais velada, numa sociedade que ainda tem como representação que a violência está associada a marcas visíveis no corpo, facilmente comprovadas, a chamada violência vermelha mais explícita e visível.

### Gráfico 3 – Características das pessoas envolvidas em violência familiar–out. a dez. 2013



Fonte: Diagnósticos prontuários atendimentos PAM de out. a dez. 2013, coleta feita por Fátima Adão, jornalista cedida pela PMU à ONG SOS Mulher e Família e equipe que atua diretamente na PAM.



Fonte: Diagnósticos prontuários atendimentos PAM de out. a dez. 2013, coleta feita por Fátima Adão, jornalista cedida pela PMU à ONG SOS Mulher e Família e equipe que atua diretamente na PAM.

Quanto aos gráficos 3.1, 3.2, verificam-se no que diz respeito às características das pessoas envolvidas em situações de violência familiar que a maior parte é de mulheres e a faixa etária das (os) envolvidas (os) é predominante de 26 a 59 anos. Mesmo não inseridos gráficos, a maioria das vítimas mulheres possui ensino fundamental e, em menor escala, ensino médio. E no caso delas, com ocupação não informada, do lar, outras e autônomas.

Algumas dificuldades aparecem em determinados momentos da análise quando se tenta identificar qualquer atitude feminina como sendo de resistência, heroizando as mulheres; e, em outros contextos, percebê-las como frequentemente oprimidas e inevitavelmente dominadas, vitimando-as. Talvez o uso do gênero possa auxiliar a sair dessas armadilhas, uma vez que a ênfase recai nas construções sociais e culturais das diferenças sexuais e rompe com ideias naturalizantes. Nesse sentido, há jogos de poder relacionais entre o feminino e o masculino – independente do sexo físico das pessoas -, marcados por hierarquias, conflitos e também por negociações. Não se trata de negar as falas misóginas, mas de mostrar como são fabricadas. Pode-se utilizar, para isso, de práticas, de símbolos, de códigos normativos, de representações, valores sociais e de identidades subjetivas. O gênero, esse construto sociocultural histórico sobre o masculino e o feminino, também designa contingentes humanos movidos pelas representações do outro e auto representações do feminino e do masculino (SCOTT, 1990).

No que diz respeito às relações de gênero, especialmente as conjugais, este estudo tende a compartilhar com a socióloga a visão de que:

[...] a violência apresenta as seguintes características: 1) visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de 'lugares sociais sexuais' que [por vezes] subalternizam o gênero feminino; 2) amplia-se e reatualiza-se na proporção direta em que o poder [...] é ameaçado; 3) é mesclada com outras paixões com caráter positivo, como jogos de sedução, afeto, desejo, esperança que em última instância, não visam abolir a violência, mas a alimentá-la, como forma de mediatização de relações de exploração-dominação; 4) denuncia a fragilizada auto-estima de ambos os cônjuges, que tendem a se negar reciprocamente o direito à autonomia nas mínimas ações (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p.159).

Por mais perverso que possa parecer, faz-se necessário identificar as várias facetas das relações intrafamiliares violentas, que não se abstêm dos conflitos, inerentes à condição humana, mas desconstruindo a violência. Acredita-se que é possível uma vida sem o uso do recurso da violência como estratégia privilegiada nas relações, mesmo cientes de que há muitos elementos implicados: representações, construções simbólicas, heranças psíquicas, que, muitas vezes, dificultam para os sujeitos a convivência sem violência. Basta analisar nos longos vínculos, 10 a 20 anos de violência conjugal, dando a impressão que a violência nutre o vínculo, de forma perversa, mas se acaba a violência, acaba o vínculo, e, se os sujeitos não se cuidam, escolhem outros vínculos violentos.

Mesmo sem inserir gráficos sobre eles, nesse trabalho, verifica-se que os autores de violência têm como características serem predominantemente esposos ou amásios ou ex-esposos e ex-amásios das vítimas e são encaminhados para acompanhamento social.

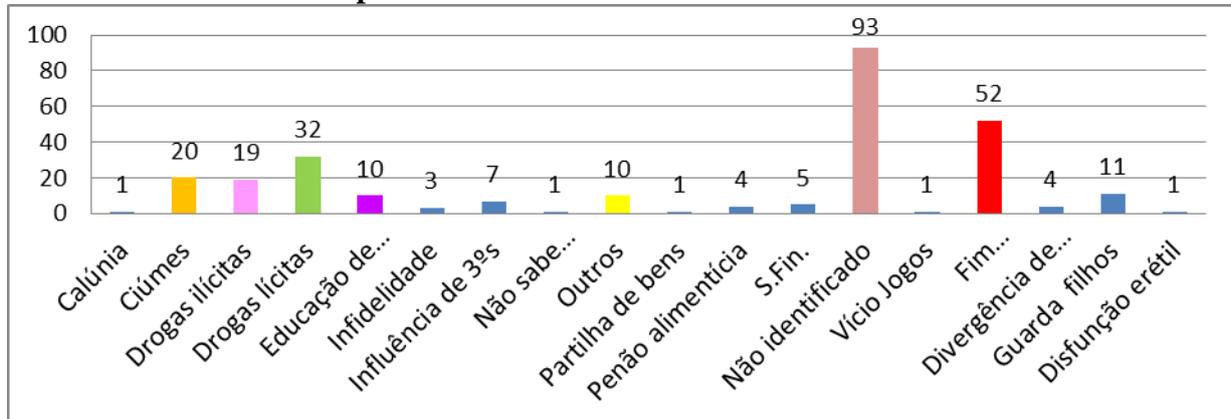
Em concordância com a concepção foucaultiana de poder, Saffioti considera esse conceito mais flexível e útil ao estudo das relações de gênero, pois permite descartar a posição vitimista, em que o homem detém o poder e a mulher não. O poder relacional aparece como um fenômeno que flui em cadeia, perpassando pelos sujeitos sociais conforme a correlação de forças do momento. Um poder múltiplo, localizado em diferentes espaços, que pode, inclusive, aparecer com roupagem de autoridade. Supõe-se, neste estudo, a permanente tensão que anima essas relações. Assim,

[...] quando se afirma que as mulheres são dominadas pelos homens, não se exclui a luta das primeiras pela ampliação de sua pequena fatia de macropoderes, nem tampouco suas batalhas cotidianas pelo exercício constante de micropoderes (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p.195).

Além disso, segundo Cerruti (2009) manter a mulher em uma posição vitimizadora é mantê-la prisioneira deste mesmo lugar, desfavorecendo a busca por ser sujeito autônomo, construtor da sua história. Ainda em Zanotta e Magalhães (1998) encontramos que, quando se

trata da violência conjugal há diferentes lugares e posições ocupados por homens e mulheres, estes não são fixos ou rígidos, são intercambiáveis.

**Gráfico 4 – Facilitadores/potencializadores da violência – out. a dez. 2013**



OBS: pode haver mais de um facilitador ao mesmo tempo, por isso não batem com o total de atendimentos.

Fonte: Diagnósticos prontuários atendimentos PAM de out. a dez. 2013, coleta feita por Fátima Adão, jornalista cedida pela PMU à ONG SOS Mulher e Família e equipe que atua diretamente na PAM.

Os facilitadores/potencializadores da violência, apesar de o maior número não ser identificado, aparecem como sendo principalmente o fim do relacionamento, dependência química (drogas lícitas), seguido de ciúmes e drogas ilícitas.

**Tabela 1 – Encaminhamentos à Rede de Enfrentamento à Violência – out. a dez. 2013**

Conselho Tutelar da Infância e Adolescência de Uberlândia	1
CRAS (Centro de Referência em Assistência Social)	9
Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM)	6
Núcleos de Práticas Jurídicas	6
Orientações	40
SOS Mulher e Família de Uberlândia	13
Não preenchido	9
Não encontrada família no horário da abordagem	178
CRAS e Conselho Tutelar da Infância e Adolescência de Uberlândia	2
Delegacia da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar	1
dispensou a equipe	1
SOS Mulher e Família de Uberlândia e CRAS	2
Lei Maria da Penha e Cadastro Único para bolsa família	1
Alcoólatras Anônimos - CAPS AD (Atendimento Psico-social Aditos)- DEAM-Núcleo de Práticas Jurídicas	1
Delegacia da Criança e do Adolescente –CAPS –UAPSF(Unidade Atendimento Programa Saúde da Família)	1
Ministério Público Estadual	1
Presídio Jaci de Assis e Previdência Social	1
Promotoria do Idoso	1
Centro Profissionalizante –Pronatec	1

Fonte: Diagnósticos prontuários atendimentos PAM de out. a dez. 2013, coleta feita por Fátima Adão, jornalista cedida pela PMU à ONG SOS Mulher e Família e equipe que atua diretamente na PAM.

Verifica-se na Tabela 1 que na maior parte dos casos há orientação no domicílio, não requerendo encaminhamentos para outros órgãos e, quando demandados para a rede de enfrentamento à violência, são feitos principalmente para a ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia e para o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), do poder público municipal.

Os dados revelam a complexidade dessa violência e o necessário olhar qualificado para lidar com as relações de poder-saber (entre profissionais das diferentes instituições e com suas direções e entre esses e usuários (as)/agentes do serviço), a violência e suas representações.

Em que pese o poder, é bom esclarecer a concepção que transita e se recompõe no fluxo das relações sociais. Nesta perspectiva, Deleuze, com base em Foucault, questiona:

O que é poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma relação de poder. Compreendemos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força”. Ou, “[...] dirá Foucault que o poder remete a uma ‘microfísica’. Com a condição de não entendermos o ‘micro’ como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis (DELEUZE, 1988, p.78 e 100).

Por isso, sob a inspiração de Foucault, pode-se dizer que o papel de um intelectual não é dizer aos (às) outros (as) o que têm que fazer, tampouco modelar vontades políticas. Mas por meio das análises que faz nos seus domínios, (re) interrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições e a partir desta (re) problematização participar da formação de uma vontade política e saber se é possível constituir uma nova política da verdade.

### **3. Considerações finais**

Seria interessante selecionar um caso de violência de gênero dos atendidos pelo Programa para análise, mas pela limitação de páginas para esse artigo não foi possível, ficando para outra oportunidade.

Fazendo um balanço sobre avanços, diferenciais e desafios do Programa PAM pode-se constatar como facilitadores: até 2012 com duas equipes/viaturas e a partir de 2013, podendo ampliar atendimentos com quatro equipes/viaturas fixas, trabalhando de segunda a sexta-feira, e que passam por formação continuada geral e específica; a ação continuada das equipes, no atendimento à demanda conjugal e familiar; frequência dos(as) usuários(as)/agentes nos atendimentos para os quais foram encaminhados(as); ter recebido o Prêmio e Selo Excelência

Cidadã pelo CDL/CMU; a realização de atividades socioeducativas e preventivas junto à comunidade e orientações a pesquisadores(as); espaço físico equipado; instrumentais de trabalho apropriados e reavaliados; organização do banco de dados; expansão do programa PAM antes com abrangência do 17º Batalhão da Polícia Militar para incorporar o 32º Batalhão; ser referência para a replicação do Programa, considerado exemplar e eficiente na diminuição de reincidências e qualidade da abordagem.

Quanto aos dificultadores e desafios: equipe reduzida por falta de agentes fixos remunerados (profissionais liberais são regime CLT por subvenção municipal destinada à ONG) em número suficiente para atuar nas abordagens domiciliares e para consolidação da rede de atendimentos. Esta articulação é entendida como relevante, uma vez que, uma instituição sozinha, não consegue atender uma demanda tão complexa e com especificidades como essa. Outros desafios são: a demanda reprimida e atraso nos atendimentos das ocorrências; horário de funcionamento da PAM não compatível com a necessidade dos (as) usuários (as)/agentes do serviço, dificultando encontrar público-alvo nas primeiras abordagens; fragmentação da rede de atendimento; escassez de profissionais qualificados para gestão de projetos e busca por fomentos e recursos financeiros; orçamento reduzido da polícia militar da prefeitura, o que impacta diretamente na operacionalização do programa; redução da jornada de trabalho da Polícia Militar (Resolução de 2013); não assinatura do Acordo de Cooperação entre parceiros; perda de dados cadastrados, devido à fragilidade inicial da forma de arquivamento e processamento dos dados.

A equipe da PAM, especialmente os vinculados à ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia, tem discutido e feito gestão junto aos parceiros para viabilizar propostas com vistas a minimizar os problemas. São elas: designação de mais recursos humanos de órgãos públicos, parceiros e talvez envolver a polícia civil; melhorias na comunicação interna e externa; parceiros compartilhem com a Coordenação Geral e de Núcleo, possíveis alterações e mudanças no quadro de pessoal, horários, escala de trabalho e substituições; ampliação/alteração do horário de Atendimento da PAM, valorizando conquista trabalhista da categoria de policiais; parceria com empresas e desenvolvimento de projetos em busca de financiamentos e “adoção” de voluntários (as), como ação de responsabilidade social; ampliar parceria com Universidade Federal de Uberlândia para dobrar o número de estagiários(as) bolsistas de 4 para 8; digitalizar os prontuários, tornando todo o arquivo da PAM digital; conclusão e assinatura do Convênio de Cooperação, com registro em cartório sistematizando atribuições de cada órgão; aquisição de novas viaturas; revisão do vídeo institucional de 30 segundos e sua divulgação na mídia, grande apoiadora; incluir dois policiais por viatura, por questões de segurança, devido haver bairros considerados com maior periculosidade.

E como na epígrafe inicial sobre A Verdade, de Drummond (1984), relativa, parcial e provisória, esse trabalho traz um ponto de vista e cada qual depende da vista de um ponto que tem história, crenças, uma determinada formação e visão de mundo. Portanto, um desafio à atuação interinstitucional e interdisciplinar, pois esse olhar possibilita: relacionar conteúdos para aprofundar conhecimento; unidade na diversidade; superar visão fragmentada e restrita para perceber a complexidade da realidade; articular e produzir coerência entre os múltiplos fragmentos; dar sentido, aprendizagem significativa e motivadora; deslocar fronteiras; lidar com relações de poder-saber; nova consciência da realidade: ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes; práxis: reflexão (pensar, teoria) e ação, propiciando foro de vivência e trabalho mais prazeroso e humanizado; nenhuma fonte de conhecimento é completa. Esse olhar contribui para sair de análises simplistas de produção e passa a ser questionador mediante confronto entre diferentes; superam-se impressões estáticas e do hábito de pensar fragmentado da realidade; transcende-se a visão mecanicista e linear para estabelecer uma ótica globalizadora em movimento, teia dinâmica, pluridimensional e complexa de inter-relações circulares; faz emergir múltiplas faces e conflitos e os faz confrontar, dialogar, como forma de transformação da realidade; entende-se que a ordem da ação não está presidida por um só critério, não é perfeita, é produzida pela confrontação de pontos de vistas que pressupõe a presença de valores por vezes incompatíveis (CAVALCANTI, 2004; FAZENDA, 2001, p. 13-29.).

Finalmente o grande diferencial desse Programa está na sua busca ativa e nessa articulação interdisciplinar e interinstitucional, o que o torna uma política pública pioneira, eficiente e com potencial multiplicador no estado de Minas Gerais e no Brasil para reduzir a violência contra a mulher, de gênero, conjugal e familiar.

Em uma produção de saberes sobre a história das mulheres e de gênero em Minas Gerais, socializar tal Programa parece estratégico diante a escassez de políticas públicas eficientes, na sua operacionalização e resultados no Estado e no país, pela não violência de gênero que nesse jogo de poder gera impactos familiares e sociais significativos.

Assim, essas pesquisadoras seguem como água que corre entre pedras, pois trilho é para trem de ferro, quem quer liberdade, caça um jeito, pelo menos de perturbar o óbvio e retirar algumas das algemas para, pensando diferentemente do que se pensa, ousar criar, intervir e fazer a diferença com a PAM.

#### **4. Referências**

ANDRADE, Carlos Drummond de. A verdade. In: *Corpo, obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1984.

BRASIL. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 14. set. 2010.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/>>. Acesso em: 01. 03. 2011.

BRASIL. ESTATUTO DO IDOSO - Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/>>. Acesso em: 01. 03. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a Mulher: Orientações práticas para profissionais e voluntários (as). Org. Bárbara M. Soares– Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Diretrizes Nacionais para Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. 44p.

CARREIRA, Denise & PANDJIARJIAN, Valéria. Vem Pra roda! Vem pra rede!: *Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher*. São Paulo, Rede Mulher de Educação, 2003.

CAVALCANTI, Meire. Interdisciplinaridade – um avanço na educação. In: *Revista Escola*. p.52-55, Ago. 2004.

CERRUTI, M. Q. *Bate-se em uma mulher: impasses da vitimização*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. CHAUÍ et al(orgs.) *Perspectivas antropológicas da mulher* (4): 23-62, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COMITÊ Internacional da Cruz Vermelha, 1876. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Comit%C3%AA\\_Internacional\\_da\\_Cruz\\_Vermelha#Hist.C3.B3ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Comit%C3%AA_Internacional_da_Cruz_Vermelha#Hist.C3.B3ria), acesso 24 out. 2012.

DADOS do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1998.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III), 10 de dezembro de 1948. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm), acesso 24 de outubro, 2012.

FAZENDA, Ivani C. Construindo aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Dicionário em construção – interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-29.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (Org. e Trad. Roberto Machado). 8 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GREGORI, Maria F. *Cenas e queixas*. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Anpocs, 1993.

GUERRA, Cláudia; NOVAIS, Gercina S. & VIEIRA, Analúcia M. (Orgs). *Da lagarta à borboleta: pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar – Uberlândia*: Editora Hebrom, 2012. 202p.

GUERRA, Cláudia C. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero*: Uberlândia (1980-1995), 1998, 203 f. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 1998.

GUERRA, Cláudia C. *Significados das representações de violência de gênero: discursos e práticas de atores de instituições sociais, em Uberlândia-MG. (1988 a 2012)*. Projeto de doutoramento, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

GUERRA, Cláudia C. e colab. DIAS, Andrezza e CASTRO, Lais. Resumo ampliado para Anais do GT3 – Educação, políticas públicas e teoria social do II Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e XIII Semana de Ciências Sociais na Contemporaneidade: conflitos sociais e relações de poder, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em 20 de novembro de 2012.

GUERRA, Cláudia C. & ZLOCHEVSKY, Marina D. Projeto: PROGRAMA PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”, pela paz e cidadania familiar. *Prêmio e Selo Excelência Cidadã* concedido pela Câmara de Diretores Lojistas e Câmara Municipal de Uberlândia, Uberlândia-MG., nov.2011.

GUERRA, Cláudia C. & CRUZ, Cláudia R. B.. Projeto: PROGRAMA PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”, pela paz e cidadania familiar. *Prêmio e Selo Excelência Cidadã* concedido pela Câmara de Diretores Lojistas de Uberlândia e Câmara Municipal de Uberlândia, Uberlândia-MG., 2013.

GUERRA; LEMES *et al.* *Guia de orientação e apoio pela não-violência conjugal e intrafamiliar da ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia*. edição revista e ampliada, Uberlândia-MG., 2013.

Informativo da Casa da Cultura da Mulher Negra, Santos, 1994.

MACHADO, L. Z., & Machado, M. T. B. de. *Violência conjugal: os espelhos e as marcas*. Disponível em [www.vsites.unb.br](http://www.vsites.unb.br). Acessado em 15 de maio de 2011,1998.

Metendo a Colher: a vida recomeça quando a violência termina.[equipe de produção] Cláudia Guerra...[et al.], DIREC/PROEX/PEIC/CEVIO/PROPP da UFU, SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, 2007. 2 DVDs-ROM vídeos educativos, (36 min e 20 seg. e reduzido de 8 min.), son., color.

MUSKAT, M. (org). *Mediação de conflitos. pacificando e prevenindo a violência*. São Paulo: Summus, 2003.

PAM. *Guia de orientação da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar” – promovendo a paz e a cidadania familiar*, Uberlândia-MG., 4 edição revista e ampliada, abril de 2005.

PAM. *Planilha com fechamento anual, com dados de atendimentos da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”*, Uberlândia-MG., 2003 a 2013 (especialmente out. a dez. 2013).

PAM. *Folder de divulgação da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”*, Uberlândia-MG., 2013.

PAM – Patrulha de Atendimento Multidisciplinar. *Regimento Interno*.Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Natália de F. *et al.* *Relatório de avaliação institucional junto a usuárias (as) da ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2010.

Por que Ela Simplesmente Não Vai Embora?/[equipe de produção] Gercina Santana Novais...[et al.]. Uberlândia, ESAMC, 2010. 1DVD-ROM vídeo educativo, (8min.43seg.), son., color.

PUGA, V.L. *Paixão, Sedução e Violência. 1960-1980*. Tese de doutoramento. USP: São Paulo, 1998.

Relatório de Direitos Humanos da Mulher da Human Rights Watch, 1996.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS Relatório final da comissão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre Violência Contra a Mulher, 2012.

SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* 16(2): 5-22, Porto Alegre: Vozes, jul./dez., 1990.

SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. *Recomendações para uma atuação profissional, qualificada e ética em atendimentos à violência conjugal no SOS Mulher e Família e violência intrafamiliar na Patrulha de Atendimento Multidisciplinar “PAM”*, Uberlândia-MG., 2009, com alterações em 2013.

SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. *Procedimentos para receber novatos no SOS Mulher e Família de Uberlândia*, Uberlândia-MG., 2008, com ajustes em 2013.